

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL) Ata da 61ª Reunião Ordinária da CT-PL - Consórcio PCJ – Americana/SP – 08/05/2015 - 09h30min

Membros com direito a voto					
Vaga	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação	Repr. com procuração
01	IGAM	Marília Carvalho de Melo	Titular	Ausente	
	IEF	Raquel Junqueira Costa	Suplente	Presente	
02	Secretaria de Energia	Daniel Jesus de Lima	Titular	Presente	
		Josmar Machado Camargo	Titular	Ausente	
	Secretaria da Logística e Transportes	Marcelo Poci Bandeira	Suplente	Justificou	
		Augusto Olavo Leite	Suplente	Justificou	
03	SSRH	Leonildo Ednilson Urbano (Secretário - executivo CBH-PCJ)	Titular	Presente	
		Luiz Roberto Moretti	Titular	Presente	
	Secretaria de Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro	Suplente	Ausente	
		Marcos César Prado	Suplente	Presente	
04	SMA	Egberto da Fonseca Casazza	Titular	Ausente	
		Sandra Jules Gomes da Silva	Titular	Presente	
	CETESB	Maria da Penha de Oliveira Alencar	Suplente	Justificou	
		Zoraide de S. Senden Carnicel	Suplente	Justificou	
05	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Sérgio Rocha Lima Diehl	Titular	Ausente	
		Denis Herisson da Silva	Titular	Presente	
	Secretaria de Planejamento e Gestão	Aguardando Indicação	Suplente	Ausente	
		Aguardando Indicação	Suplente	Ausente	
06	SABESP	Hélio Rubens G. Figueiredo	Titular	Presente	
		José Roberto Fumach	Titular	Ausente	
	Secretaria da Fazenda	Afonso Celso Rocha Mastrelli	Suplente	Ausente	
		Luiz Henrique Martins Moreira	Suplente	Ausente	
07	P. M. de Saltinho	Claudemir Francisco Torina	Titular	Ausente	
		Ângelo Cesar Angeleli	Titular	Presente	
	P. M. de Limeira	Paulo Cezar Junqueira Hadich	Suplente	Ausente	
		Alquermes Valvassori	Suplente	Presente	
08	P. M. de São Pedro	Hélio Donizete Zanatta	Titular	Ausente	
		Thiago Silvério da Silva	Titular	Presente	p/ Tiago M. Seydell
	P. M. de Holambra	Fernando Fiori de Godoy	Suplente	Ausente	
		Petrus Bartholomeus Weel	Suplente	Presente	
09	P. M. de Pedreira	Carlos Evandro Pollo	Titular	Ausente	
		Celso José Leite Filho	Titular	Presente	
	P. M. de Jaguariúna	Tarcísio Cleto Chiavegato	Suplente	Ausente	
		Irineu Gastaldo Júnior	Suplente	Presente	
10	P. M. de Rio Claro	Palmínio Altimari Filho	Titular	Ausente	
		Geraldo Gonçalves Pereira	Titular	Presente	
	P. M. de Jundiá	Pedro Antonio Bigardi	Suplente	Ausente	
		Maria das Graças Martini	Suplente	Presente	
11	P. M. de Atibaia	Saulo Pedroso de Souza	Titular	Ausente	
		Fabiane Cabral da Costa Santiago	Titular	Presente	
	P. M. de Morungaba	José Roberto Zem	Suplente	Ausente	
		Clara Geromel	Suplente	Ausente	
12	P. M. de Extrema	Luiz Carlos Bergamin	Titular	Ausente	
		Paulo Henrique Pereira	Titular	Presente	
	P. M. de Camanducaia	Edmar Cassalho Moreira Dias	Suplente	Ausente	
		Thais Scognamiglio Campos Lourenço	Suplente	Ausente	
13	FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella	Titular	Presente	p/Roberto Mario Polga
	ÚNICA	André Elia Neto	Suplente	Presente	
14	CIESP – DR Jundiá	Roberto Mario Polga	Titular	Presente	
	CIESP – DR Limeira	Jonas Vitti	Suplente	Justificou	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 61ª Reunião Ordinária da CT-PL -

Consórcio PCJ – Americana/SP – 08/05/2015 - 09h30min

15	ASSEMAE	Hugo Marcos Piffer Leme	Titular	Presente	
		Paulo Roberto S. Tinel	Suplente	Presente	
16	SABESP	Hélio Rubens G. Figueiredo	Titular	Presente	
		José Roberto Fumach	Titular	Ausente	
	DAE Americana	Leandro Zanini Santos	Suplente	Presente	
17	Sindicato Rural de Campinas	Luis Fernando Amaral Binda	Titular	Presente	
	Sindicato Rural de Rio Claro e Coordenador da CT-Rural	João Primo Baraldi	Suplente	Presente	
18	COPASA	Waldir Souza	Titular	Presente	
		Alexandre José Grego	Titular	Ausente	
	Sindicato Rural de Indaiatuba	Wilson Tomaseto	Suplente	Ausente	
19	Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz	Titular	Presente	p/ Jussara C. Santos
	Consórcio Pirai	Francisco Antonio Moschini	Suplente	Ausente	
20	Rotary International - D4590 e Coordenador da CT-ID	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi	Titular	Presente	
	Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco	Suplente	Presente	
21	IPSA	Waldemar Bóbbo	Titular	Presente	
	AAEAA-Amparo	Wilhelm Wulff Poloni	Suplente	Presente	
22	AESABESP	Ester Feche Guimarães	Titular	Presente	
	ABES-SP	Luís Eduardo Gregolin Grisotto	Suplente	Presente	
23	AEJ	Jaime Ramiro	Titular	Presente	
	AEAN	Edmo José Stahl Cardoso	Suplente	Ausente	
24	Associação dos Atrativos do Salto	José Carlos Zambone	Titular	Presente	p/ Paulo H. Pereira
	ABES-MG	Adelson Diamond Candido	Suplente	Ausente	

Membros sem direito a voto

Representação	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação
ASSEMAE	ASSEMAE	Marco Antônio dos Santos	Vice-presidente do CBH-PCJ	Presente
DAEE	DAEE	Caroline Túbero Bacchin	Secretária-executiva Adjunta	Presente
CT-EA	Atrativos de Salto	Dorisney Ribeiro Campos	Coordenadora-adjunta	Presente
CT-ID	SABESP	Almir Aparecido de S. Andrade	Coordenador-adjunto	Presente
CT-OL	DAEE	Sebastião Vainer Bosquilia	Coordenador	Presente
CT-PB	ASSEMAE	Adriana Angélica R. V. Isenburg	Coordenadora	Presente
CT-RN	Elo Ambiental	Cláudia Grabher	Coordenadora-adjunta	Presente

Sigla da Entidade Convidada	Representante
Fundação Agência das Bacias PCJ	Sérgio Razera: Diretor-presidente
	Patricia Gobet de Aguiar Barufaldi: Diretora Técnica
	Kátia Rossi Gotardi Piccin
	Vanessa Cristina Bortolazzo Longato
	Ronnie Carlos Peguim
	Eduardo Cuoco Léo
	Andrea Bombonatti
	Elaine Franco de Campos
Juliana Prado Guilmo	
DE Campinas Leste	Rosana Mattas de Chagas
LES/Esalq –USP	Laura A. Maihiranni
CVSXX Piracicaba	Luiz Ubiratara Barros
Prefeitura de Monte Mor	Maria tereza Gomes Carneiro
Prefeitura de Pedreira	Allan Rodrigo
GAEMA PCJ – Campinas	Geraldo N. Cabañas
CMH	Rogério Goncalves
BMA	Edson de Souza

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 61ª Reunião Ordinária da CT-PL -

Consórcio PCJ – Americana/SP – 08/05/2015 - 09h30min

5 **1. Pauta e abertura:** **1. Pauta e abertura:** A convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) por meio de mensagem eletrônica, em 30/04/2015. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Leonildo Ednilson Urbano, que cumprimentou a todos e agradeceu ao Consórcio PCJ pela cessão do espaço, na pessoa do Sra. Jussara Cordeiro dos Santos, Secretária-executiva Adjunta do Consórcio PCJ, o qual deu as boas-vindas e desejou uma boa reunião. **2. Informes:** **2.1. pela Secretaria Executiva:** O Sr. Léo Urbano informou que ocorreu no 22 de abril de 2015, a Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH), no Salão dos Pratos do Palácio dos Bandeirantes, ocasião onde foi referendada a proposta dos valores dos Preços Unitários Básicos – PUBs, da cobrança pelos usos urbanos e industriais dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, conforme estabelecido na Deliberação dos Comitês PCJ nº 160, de 14 de dezembro de 2012, alterada pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 211, de 26 de setembro de 2014. Na mesma ocasião o prefeito de Pedreira, Prof. Carlos Evandro Pollo, eleito o representante dos Comitês PCJ para o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, foi empossado com os demais representantes para o mandato 2015-2017 daquele Conselho. O Sr. Léo Urbano, informou que no dia 29 de abril de 2015, representantes de cerca 250 municípios do Estado de São Paulo, estiveram no Palácio dos Bandeirantes, para a assinatura de contratos de repasse de recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) e da Cobrança Estadual Paulista, exercício 2014. Ressaltou que oito cidades contempladas fazem parte das Bacias PCJ – Capivari, Indaiatuba, Amparo, Jaguariúna, São Pedro, Iracemápolis, Corumbataí e Nova Odessa –, onde mais de R\$ 24 milhões foram destinados a 12 projetos. O evento contou com a participação governador do Estado de São Paulo, Dr. Geraldo Alckmin. O Sr. Leonildo Urbano cientificou ao Plenário que entre os dias 13 a 17 de setembro de 2015, na cidade de Uberlândia / MG, será realizado Conferência Nacional de Segurança Hídrica, um evento idealizado pelos CBH Araguari, CBH Paranaíba, junto com o DMAE – Uberlândia, Prefeitura Municipal de Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia – UFU, ABHA - Agência de Bacia e Pool Comunicação. Nos espaços destinados aos Simpósios será avaliado o estado atual do conhecimento relacionado com os diversos setores envolvidos com a segurança hídrica, informando que outras informações estão no site dos Comitês PCJ. O Sr. Leonildo Urbano informou que no dia 14 de maio de 2015, no município de Capivari, será realizado o 2º Encontro “Eventos Hidrológicos Extremos”, com o tema: Agricultura, Meio

Ambiente e Mudanças, organizado pelo Consórcio PCJ, com apoio da Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês PCJ, convidando a todos a participarem. O Sr. Leonildo Urbano lembrou a todos que passou a operar o novo site do Sistema de informações para o Gerenciamento de Recursos Hídricos - SIGRH, que além de informações atualizadas sobre todos os CBHs paulistas, disponibiliza todos os documentos para os proponentes tomadores de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO e da Cobrança PCJ Paulista, além das informações sobre cada empreendimento contratado. Ressaltou que foi disponibilizado o programa Proposta Eletrônica do Fehidro, versão atualizada, e o envio de propostas pelos proponentes tomadores de recursos financeiros para empreendimentos inscritos na modalidade “Demanda Espontânea” somente serão aceitas conforme a nova versão do sistema que foi disponibilizada. Diante do exposto, solicitou para que os tomadores de recursos do FEHIDRO ou Cobrança PCJ Paulista façam o download e utilizem a nova versão, conforme instruções da CRHi. Informou que a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ realizará, no período de 08 a 12 de junho de 2015, as reuniões com todas as Câmaras Técnicas, para empossar os membros formalmente indicados para o Mandato 2015-2017, bem como para a realização da eleição dos coordenadores, coordenadores-adjuntos e secretários das respectivas CTs para o mesmo período. Excepcionalmente a reunião da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico será realizada em 30 de junho de 2015, por motivos relacionados às suas atribuições, cujas reuniões ordinárias são realizadas no último dia útil de cada mês. Na sequência apresentou as datas e locais da realização das reuniões de cada uma das Câmaras Técnicas. **2.2. pela Agência das Bacias PCJ:** O Sr. Leonildo Urbano passou a palavra ao Sr. Sergio Razera, Diretor-Presidente da Agência das Bacias PCJ, o qual informou que o Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Arnaldo Jardim, assinou o Protocolo de Intenções voltado à preservação dos recursos hídricos com a Agência de Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, no dia 15 de abril de 2015, na Sede do Instituto Agronômico de Campinas (IAC), conforme mencionado na reunião anterior. O Sr. Sérgio informou que foi realizada na sede da APA Fernão Dias, em Camanducaia/MG, no dia 07/05/2015, uma reunião entre os membros do CBH-PJ, representantes da Agência PCJ e Secretário-executivo dos Comitês PCJ, para discussão do cronograma de ações na área do CBH-PJ e discussões sobre a instalação da sala de apoio da Agência PCJ ao CBH-PJ, a ser instalada nas dependências do IEF, em Camanducaia/MG. O Sr. Sergio Razera informou que a recuperação do córrego Bom Jardim, foi discutida no dia 06/05/2015, entre representantes da Agência de Bacias

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 61ª Reunião Ordinária da CT-PL -

Consórcio PCJ – Americana/SP – 08/05/2015 - 09h30min

115 PCJ, Sanebavi, Secretaria de Meio Ambiente e
Urbanismo de Vinhedo, DAEV Valinhos, Elo
Ambiental e promotores do Grupo de Atuação Especial
de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público
120 Estadual de São Paulo – GAEMA-PCJ. A intenção é
desenvolver um projeto em conjunto entre os municípios
e com o apoio dos órgãos estaduais, Agência das Bacias
PCJ e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
(CATI) para recuperar e conservar o manancial que
passa por Vinhedo e Valinhos. Uma das primeiras ações
que deverão ser executadas é a identificação de quantas
propriedades existem ao longo da bacia hidrográfica do
Bom Jardim para definir a forma de atuação naquela
125 sub-bacia O Sr. Sergio Razera informou ainda que no dia
26/05/2015, será realizada reunião com a nova diretora
do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM),
Maria de Fátima Chagas Dias Coelho. O objetivo do
encontro, que reunirá membros da Agência das Bacias
PCJ, Agência de Bacia Peixe Vivo (Rio São Francisco e
130 Rio das Velhas), da Agevap (Bacia do Rio Paraíba do
Sul), da ABHA-Araguari (Bacia do Rio Araguari) e da
IBIO AGB Doce (Bacia do Rio Doce), é a apresentação
das entidades equiparadas, mostrando suas as
características e principais ações desenvolvidas e
135 desafios para os próximos anos. **2.3. Pelos membros:**
O Sr. Leonildo Urbano passou a palavra para a Sra.
Adriana Angélica Rosa Vahteric Isenburg,
coordenadora da Câmara Técnica do Plano de Bacias
(CT-PB), a qual informou que CT-PB, em sua 61ª
140 Reunião Ordinária, realizada no dia 29/04/2015, no
município de Campinas/SP, apreciou proposta de
cronograma para capacitação para utilização do software
SSD PCJ2, que em breve será apresentada aos membros
dos Comitês PCJ e informou ao Plenário que o Termo
145 de Referência para revisão do Plano de Bacias final já
foi encaminhado à Agência das Bacias PCJ, prevendo-
se a licitação para julho de 2015. **3. Apreciação da Ata
da 60ª Reunião Ordinária da CT-PL, realizada no
NAPA – Bragança Paulista/SP, em 06/03/2015:** O Sr.
150 Leonildo Urbano questionou aos membros sobre a
necessidade da leitura da referida ata. A leitura foi
dispensada por unanimidade e o Sr. Leonildo Urbano
abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo da
mesma. Não havendo manifestações, o conteúdo da ata
155 foi aprovado por unanimidade, sem alterações na minuta
apresentada. **4. Apreciação da Deliberação ad
referendum dos Comitês PCJ:** O Sr. Leonildo Urbano
lembrou que, nos termos da Deliberação dos Comitês
PCJ nº 189/13, de 07/11/2013, e seus Anexos I a V, que
160 definiram o cronograma de atividades e as ações
passíveis de obtenção de financiamento com recursos do
FEHIDRO e das Cobranças PCJ, e que dos 32
empreendimentos pré-qualificados, em 2014, após as
complementações solicitadas pela Secretaria Executiva
165 dos Comitês PCJ/Agência das Bacias PCJ, câmaras

técnicas dos Comitês PCJ, agentes técnicos e órgãos
licenciadores; apenas 27 empreendimentos se
inscreveram para o processo definitivo de seleção, sendo
que destes, 02 empreendimentos não foram qualificados
170 pelo fato de não apresentarem toda documentação
exigida e, outros 02, por não haver saldo disponível para
serem indicados, ficando todos na lista de suplentes e
que os termos da Deliberação *Ad Referendum* dos
Comitês PCJ nº 207/14, de 27/08/2014, indicou 23
175 empreendimentos localizados nas Bacias PCJ, dos 27
empreendimentos que se inscreveram para o processo
definitivo de seleção em 2014, para financiamento com
recursos oriundos das cobranças pelo uso dos recursos
hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo, da
180 União e do FEHIDRO, referentes ao exercício de 2014.
Ressaltou que os percentuais de aplicação dos recursos
da Cobrança Paulista PCJ em cada Programa de Duração
Continuada foram estabelecidos por meio do art. 9º da
Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 048/2006, de
185 28/09/2006, alterada pela Deliberação Conjunta dos
Comitês PCJ AD REFERENDUM nº 053/06, de
21/11/2006; referendados pelo CRH e fixados por meio
do Decreto nº 51.449/2006, de 29/12/06, que aprovou e
fixou os valores a serem cobrados pela utilização dos
190 recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo nas
Bacias PCJ. Explicou que dos 27 empreendimentos pré-
qualificados no processo de distribuição dos recursos do
FEHIDRO e Cobrança PCJ Paulista, exercício 2014, 3
empreendimentos enquadrados no PDC 5 não puderam
195 ser indicados pelos Comitês PCJ, pois os limites
estabelecidos no decreto da Cobrança Paulista PCJ para
aplicação dos recursos no PDC 5, na ocasião excediam
os limites do decreto acima mencionado e 1
empreendimento enquadrado no PDC 3, aguardava a
200 autorização ambiental para intervenção em APP, o que
já foi apresentado. Na sequência informou a existência
de saldo da Cobrança Paulista PCJ, mas o mesmo não
poderia ser utilizado para contratação pois excedia o
limite de aplicação por PDC definido na legislação
205 vigente. Esclareceu que tramita a aprovação dos novos
percentuais. Lembrou ainda que durante a 12ª Reunião
Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em
26/09/2014, em Piracicaba, foi aprovado o pleito do
DAAE de Rio Claro, um dos suplentes acima referidos,
210 para que os Comitês PCJ priorizassem a indicação dos 4
empreendimentos suplentes do processo de distribuição
de recursos do exercício de 2014, no exercício de 2015,
assim que informado o montante de recursos disponível
para os Comitês PCJ, no exercício 2015, pelo
215 COFEHIDRO, uma vez que os mesmos encontram-se
analisados e enquadrados nas regras, sendo a proposta
aprovada por unanimidade do Plenário, através da
Deliberação dos Comitês PCJ nº 216/14, de 12/12/14.
Na sequência a Sra. Elaine apresentou os recursos
220 financeiros disponíveis aos Comitês PCJ, para o



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 61ª Reunião Ordinária da CT-PL -

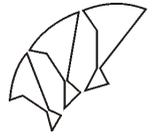
Consórcio PCJ – Americana/SP – 08/05/2015 - 09h30min

exercício 2015, para contratações de empreendimentos, por meio do FEHIDRO e das Cobranças PCJ e os empreendimentos indicados para contratação com recursos do FEHIDRO, da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União e de domínio do Estado de São Paulo. Na sequência, o Sr. Leonildo Urbano abriu espaço para manifestações dos membros quanto ao conteúdo da Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ. Ressaltou que a referida Deliberação foi emitida Ad Referendum do Plenário em cumprimento ao disposto na Deliberação dos Comitês PCJ nº 216/14, de 12/12/14. Não havendo manifestações, a Deliberação *ad referendum* foi aprovada por unanimidade e será apreciada e referendada na próxima reunião dos Comitês PCJ. **5. Apreciação da minuta de deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ para adequação da Deliberação dos Comitês PCJ nº 210/2014, de 26/09/2014, em atendimento a Deliberação do COFEHIDRO nº 149, de 04 de março de 2015, referente cronograma de indicações de empreendimentos exercício 2015:** O Sr. Leonildo Urbano lembrou que os termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 210/14, de 26/09/2014, e seus Anexos I a V, definiram, dentre outros itens, os critérios gerais e específicos, o cronograma de atividades e as ações passíveis de obtenção de financiamento com recursos do FEHIDRO e das Cobranças PCJ, e que ficou delegado à Agência das Bacias PCJ a função de adaptar, alterar, incorporar e excluir critérios fixados na Deliberação dos Comitês PCJ nº 210/14, de 26/09/2014, tendo em vista proceder a ajustes decorrentes de deliberações e estabelecimento de normas e critérios que venham a ocorrer até a próxima reunião dos Plenários dos Comitês PCJ, provenientes do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), dos Conselhos Estaduais (SP e MG) de Recursos Hídricos, da Agência Nacional de Águas (ANA), do COFEHIDRO, dos agentes financeiros das cobranças e do Governo Federal. Ressaltou que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo – CRH/SP anualmente define as condições de distribuição dos recursos do FEHIDRO referentes à compensação financeira da geração hidroeétrica e que a Deliberação do Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – COFEHIDRO nº 149, de 04 de março de 2015, dispôs sobre o Plano de Aplicação de Recursos do FEHIDRO para o exercício 2015, estabelecendo no inciso I do art. 5º, prazo para recebimento na SECOFEHIDRO das indicações de empreendimentos, até 17/07/2015, prazo este, divergente do aprovado por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 210/14. Ainda informou que a Deliberação COFEHIDRO nº 149/ 2015 estabeleceu no inciso II do art. 6º o valor mínimo de apoio do FEHIDRO de R\$ 150.000,00 aos empreendimentos classificados como “não estruturais”, caracterizados por

estudos; projetos; pesquisas; programas de capacitação, treinamento ou educação ambiental; comunicação social, etc., para efeito das indicações dos Colegiados do SIGRH no exercício de 2015, limite também divergente da definida na Deliberação dos Comitês PCJ nº 210/14. Diante dos expostos, informou que seria necessária a adequação da redação para as alíneas “f e g”, do inciso III do Art. 1º, da Deliberação dos Comitês PCJ nº 210/14, de 26 de setembro de 2014, com novo cronograma de inscrição, análise e seleção de pedidos de financiamento para obtenção de recursos financeiros do FEHIDRO, da quota-parte do CBH-PCJ, e da cobrança pelo uso de recursos hídricos – Cobranças PCJ Paulista, orçamento 2015. Na sequência apresentou a proposta de alteração do inciso III. Análises de pré-qualificação dos empreendimentos alíneas: “f.” período de avaliação dos empreendimentos deferidos (projetos e orçamentos) pela Agência das Bacias PCJ: 25/05/2015 (segunda- feira) a 06/07/2015 (segunda- feira); “g.” emissão de Declaração de Adequação Técnica e Financeira, pela Agência das Bacias PCJ: 06/07/2015 (segunda- feira)”. Ressaltou que as adequações das datas seriam também no inciso IV ; V; VI e § 1, do art. 1º, e na alínea “a”, do art. 5º do Anexo I, da Deliberação dos Comitês PCJ nº 210/14, adequando-se os valores para Planos e projetos devendo possuir Valor Global mínimo de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e máximo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Informou ainda que para melhor visualização do cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Espontânea, ficariam aprovados os Anexos de I a V da minuta de Deliberação apresentada, ficando revogados os anexos de I a V da Deliberação dos Comitês PCJ nº 210/14, de 26 de setembro de 2014. Na sequência, o Sr. Leonildo urbano abriu a palavra aos membros, não havendo manifestações. O Sr. Leonildo Urbano colocou a proposta de minuta de deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ para adequação da Deliberação dos Comitês PCJ nº 210/2014, de 26/09/2014, em atendimento a Deliberação do COFEHIDRO nº 149, de 04 de março de 2015, referente cronograma de indicações de empreendimentos exercício 2015, conforme apresentado, sendo a mesma aprovada por unanimidade. **6. Apreciação da minuta de deliberação sobre a Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ:** O Sr. Leonildo Urbano lembrou que no mês de setembro de 2014, a Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ iniciou o processo de revisão da Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ, elaborada em 2003, no âmbito da CT-EA, cujo objetivo é orientar e integrar as ações e processos de educação ambiental no âmbito dos Comitês PCJ e das Bacias PCJ. Na ocasião optou-se por revisar esta política de forma participativa com todos os membros dos Comitês PCJ, considerando o acúmulo de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 61ª Reunião Ordinária da CT-PL -

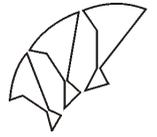
Consórcio PCJ – Americana/SP – 08/05/2015 - 09h30min

conhecimentos e experiências no tema em nível nacional, estadual e regional nesses dez anos. Diante do exposto, o Sr. Leonildo Urbano informou que a CT-EA concluiu este processo e encaminhou para a Secretaria Executiva a proposta Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ, a ser apreciada no âmbito dos Comitês PCJ. Na sequência passou a palavra para a Sra. Dorisney Ribeiro Campos, Coordenadora-adjunta da CT-EA, a qual informou que a educação ambiental está presente nos programas e nas metas estratégicas dos Planos Nacional e Estaduais de Recursos Hídricos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, bem como no Plano de Bacias dos Comitês PCJ. As Políticas Nacional e Estaduais de Educação Ambiental (Lei Federal nº 9.797/1999 e Lei Estadual Paulista nº 12.780/2007 e Lei Estadual Mineira nº 15.441/2005) entendem a educação ambiental como um componente essencial e permanente da educação, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal. Ressaltou que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos estabelece princípios, fundamentos e diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social e a informação para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Resolução CNRH nº 98/2009), bem como o Conselho Nacional de Meio Ambiente estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de educação ambiental (Resolução CONAMA nº 422/2010) e o Conselho Nacional de Educação estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução CNE nº 2/2012). E considerando que o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, elaborado no Fórum Global, evento paralelo à 2ª Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento, preconiza que a educação ambiental é um processo dinâmico em permanente construção que deve propiciar a reflexão, o debate e a sua própria modificação, a CT-EA elaborou a proposta de uma Política de Educação para os Comitês PCJ. Na sequência discorreu sobre os objetivos, os princípios, as diretrizes e os principais instrumentos da educação ambiental nos Comitês PCJ. Ressaltou que o detalhamento das metas, atividades e ações de educação ambiental dos Comitês PCJ deverá constar do Caderno Temático de Educação Ambiental do Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá em cada período de sua vigência. Após os esclarecimentos, o Sr. Leonildo Urbano abriu a palavra aos membros, não havendo manifestações. O Sr. Leonildo Urbano colocou a proposta da Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ em votação, conforme apresentado, que foi aprovada por unanimidade. **7. Apreciação de Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº 02/2015, sobre o**

empreendimento: “Projeto de Implantação da Interligação entre as Represas Jaguari (Bacia do Paraíba do Sul) e Atibainha (Bacias PCJ) (Processo IMPACTO 113/14), a ser implantada pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP nos municípios de Nazaré Paulista, Igaratá e Santa Isabel”: O Sr. Leonildo Urbano lembrou que nos termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 035/09, de 21/05/09, que cancela a deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 014/04, de 05/11/2004, e adota providências em decorrência da Resolução SMA nº 54, de 30/07/2008, e da Deliberação CRH nº 87, de 28/10/2008, e que nos termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 116/11, de 28/06/2011, que altera a Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 035/09, de 21/05/2009, e adota providências em decorrência da Deliberação Normativa CERH nº 031/09, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais e acrescenta atribuições ao GT-Empreendimentos, são estabelecidas diretrizes para os Comitês de Bacias Hidrográficas se manifestarem a respeito dos Estudos de Impacto Ambiental - EIA e respectivos Relatórios de Impacto Ambiental - RIMA encaminhados pelo Órgão Ambiental Licenciador. Diante do exposto, o Sr. Urbano esclareceu que por meio do Ofício CETESB nº 0187/2015/IE, datado de 26 de fevereiro de 2015, protocolado na Secretaria Executiva dos Comitês PCJ em 06 de março de 2015, o Departamento de Avaliação Ambiental de Projetos e Processos informou que se encontrava em análise o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA referentes ao “Projeto de Implantação da Interligação entre as Represas Jaguari (Bacia do Paraíba do Sul) e Atibainha (Bacias PCJ) - Processo IMPACTO 113/14, a ser implantada pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP nos municípios de Nazaré Paulista, Igaratá e Santa Isabel” e, considerando as intervenções em recursos hídricos nas Bacias PCJ, solicitou aos Comitês PCJ a manifestação quanto à viabilidade de implantação do empreendimento. Em 14 de abril de 2015, o GT-Empreendimentos dos Comitês PCJ realizou reunião na sede da Agência das Bacias PCJ, em Piracicaba, para análise do empreendimento em questão, bem como, para colher subsídios para a elaboração de Parecer Técnico, contando com a presença de representantes do empreendedor e de sua equipe técnica, que realizaram a apresentação e prestaram esclarecimentos sobre o empreendimento. Após a análise, o GT-Empreendimentos considerou o empreendimento como apto ao recebimento da Licença Prévia (LP), porém, entendeu o GT, que algumas condicionantes para a emissão da Licença de Instalação (LI) deveriam ser observadas. Isto constou do Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº 02/2015. Na

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 61ª Reunião Ordinária da CT-PL -

Consórcio PCJ – Americana/SP – 08/05/2015 - 09h30min

sequência, o Sr. Urbano abriu a palavra para manifestação dos membros. A Sra. Sandra Jules Gomes da Silva, representante da SMA, solicitou a palavra e questionou sobre a forma de encaminhamento para licença de instalação (LI). O Sr. Léo Urbano esclareceu que as considerações estão sendo remetidas a LI, devido ao fato de que a Secretaria Executiva tem 60 dias para encaminhar o parecer a CETESB, para vigência das complementações na Licença Previa, porém este prazo foi extrapolado pela necessidade de o parecer em questão, ser analisado pela CT-PL, antes de ser encaminhado para a CETESB. Após as manifestações, o Sr. Leonildo Urbano colocou o Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº 02/2015, em votação, conforme apresentado, o qual foi aprovado por unanimidade. **8. Apreciação da atualização de valores do PAP-PCJ:** O Sr. Leonildo Urbano lembrou a todos que no Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, firmado entre a ANA e a Agência das Bacias PCJ, em seu 1º Aditivo, aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 136/11, de 16/12/2011, foi previsto no Programa de Trabalho, no indicador Planejamento e Gestão, a elaboração de Plano de Aplicação Plurianual (PAP), em consonância com o Plano de Bacias PCJ 2010-2020, e que a Agência PCJ está realizando levantamento sobre outras fontes de financiamentos, além dos recursos distribuídos pelos Comitês PCJ, com o intuito de aplicar-se o PAP como instrumento de planejamento de médio prazo, com ações relativas aos Programas de Duração Continuada (PDC), estabelecendo-se as medidas, gastos e objetivos a serem seguidos pelos Comitês PCJ ao longo de um período de quatro anos. Nos termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 163/12, que instituiu o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PAP-PCJ para o exercício 2013-2016, e deu outras providências, coube à Agência das Bacias PCJ, entre várias ações, elaborar cronograma anual de contratação das ações propostas; contratar e acompanhar a execução das ações previstas, atualizando até o dia 31 de março de cada ano, os valores das ações previstas, de acordo com os valores contratados anualmente, ficando delegado à Câmara Técnica do Plano de Bacias dos Comitês PCJ (CT-PB), entre outras ações, aprovar propostas da Agência das Bacias PCJ, conforme incisos IV e V do art. 2º daquela deliberação, desde que o valor dos recursos financeiros envolvidos não ultrapassasse a 10% do montante de aplicação previsto no PAP-PCJ 2013-2016, e elaborar e encaminhar à Câmara Técnica de Planejamento dos Comitês PCJ (CT-PL), até 30 de abril de cada ano, relatório sobre a execução das ações previstas no PAP-PCJ 2013-2016. Informou que ficou delegado à Câmara Técnica de Planejamento dos Comitês PCJ (CT-PL), aprovar as propostas da Agência das Bacias PCJ, desde que o valor dos recursos financeiros envolvidos seja

superior a 10% e não ultrapasse a 25% do montante de aplicação previsto no PAP-PCJ 2013-2016, apreciando até 30 de junho de cada ano. Diante do exposto, o Sr. Leonildo Urbano esclareceu que, através do Ofício CT-PB nº 01/2015, datado de 29 de abril de 2015, a Coordenação da CT-PB, informou que o assunto foi apreciado em sua 61ª Reunião Ordinária ocorrida no dia 29/04/15, no município de Campinas/SP, manifestando-se favorável ao relatório de execução, aos remanejamentos de Valores e as inclusões de ações no PAP-PCJ 2013/2016, apresentados pela Agência das Bacias PCJ. Após as explanações, o Sr. Leonildo Urbano passou a palavra ao Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, que realizou apresentação sobre o relatório de execução, aos remanejamentos de valores e as inclusões de ações no PAP-PCJ 2013-2016, ressaltando que em 2013 a contratação das atividades previstas foi muito lenta em função das dificuldades encontradas pela equipe da Agência das Bacias PCJ quanto à preparação de documentos técnicos (Termos de Referência), resultando num montante de R\$ 4.147.302,65, tendo como destaques a 1) Contratação da empresa denominada internamente de “Gerenciadora”, 2) Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) para 24 municípios, 3) Curso de pós graduação para os membros das Câmaras Técnicas, 4) Realização do Prêmio Yara de Comunicação em comemoração aos 20 anos dos Comitês PCJ. Em 2014, foi possível dar maior agilidade às contratações, com destaques para: 1) Continuidade da TV PCJ e dos vídeos Educomunicativos propostos pela Câmara Técnica de Educação Ambiental – CT-EA; 2) Manutenção da rede de monitoramento hidrológico e Sala de Situação PCJ; 3) Ações de Combate às Perdas na rede de distribuição de água dos municípios; 4) Planos Diretores de Combate às Perdas para 14 municípios; 5) Atividades da Secretaria Executiva e participação dos membros dos Comitês PCJ e Câmaras Técnicas em eventos nacionais, perfazendo um total de R\$16.015.334,97, que somados às contratações de 2013 totalizaram R\$ 20.162.637,62. Destacou que em relação às atividades ligadas ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) a Agência das Bacias PCJ em parceria com as Câmaras Técnicas de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural) e de Recurso Naturais (CT-RN) vem trabalhando em definições de procedimentos e de uma Política que darão agilidade e direcionamento para a aplicação mais efetiva dos recursos do PAP-PCJ. Neste contexto foi assinado um Protocolo de Intenções da Agência das Bacias PCJ com a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (SAA) que irá contribuir muito nesse processo. O Sr. Sergio informou ainda que após dois anos de atividades envolvendo o Plano de Aplicação Plurianual PAP-PCJ 2013-2016, diversas atividades já

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 61ª Reunião Ordinária da CT-PL -

Consórcio PCJ – Americana/SP – 08/05/2015 - 09h30min

foram contratadas ou estão em vias de serem contratadas, notadamente, a revisão do Plano das Bacias PCJ, a rede hidrometeorológica, as ações relacionadas com a recuperação físico-hídrico e ambiental de propriedades rurais envolvidas em programas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), e ainda ações em parceria com entidades do setor rural para agilização dos “Atos Declaratórios e Outorgas no meio rural”. Desta forma, as inclusões de ações e remanejamentos propostos no PAP PCJ 2013-2016, buscam atender as demandas que ocorreram nesse período, reorganizar as ações visando dar maior agilidade na contratação e execução, bem como evitar que os recursos das cobranças PCJ venham a ficar sem aplicação. Como foram concentradas algumas atividades num único contrato, no caso da rede hidrológica, a Agência das Bacias PCJ propõe que algumas atividades previstas no PAP-PCJ sejam concentradas na Revisão do Plano das Bacias PCJ, no Programa de PSA e no Programa Municipal de Recursos Hídricos. Destacou que as inclusões de atividades, bem como o remanejamento dos valores estão detalhados no material distribuídos na presente reunião, e somam aproximadamente R\$ 20 milhões de reais ou 24,5% do total. Na sequência, o Sr. Leonildo Urbano abriu espaço para manifestações dos membros, que sanaram dúvidas sobre as ações executadas e a programação para o ano de 2015. Foi solicitada, pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica DAEE e apoiada pelo Dr. Geraldo N. Cabanhas do GAEMA PCJ Campinas a inclusão de ação visando Estudo da Macrodrenagem da Bacia do Rio Capivari, num montante de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais). Após os esclarecimentos, o Sr. Leonildo Urbano colocou a proposta em votação as propostas apresentadas pela Agência PCJ com a inclusão do Estudo da Macrodrenagem do Rio Capivari, sendo aprovada por unanimidade. **9. Apreciação da “Carta de Charqueada” da CT-Rural:** O Sr. Leonildo Urbano informou que foi protocolado na Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, em 13 de abril de 2015, pela Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural dos Comitês PCJ (CT-Rural), o manifesto denominado “Carta de Charqueada”, solicitando a apreciação da Câmara Técnica de Planejamento dos Comitês PCJ. Na sequência do Sr. Leo Urbano passou a palavra ao Sr. João Primo Baraldi, que discorreu sobre o conteúdo da carta, esclarecendo seus objetivos e apontando as ações propostas e sua importância. Na sequência o Sr. Leonildo Urbano ressaltou a importância das propostas, porém destacou a necessidade de uma melhor tramitação interna nas instâncias dos Comitês PCJ. Destacou que os itens 2 e 7 do documento “Carta de Charqueada”, tratam de atividades no âmbito do GT-Estiagem 2015; os itens 3, 4 e 5 são assuntos relacionados as atividades da

Câmara Técnica de Outorga e Licenças dos Comitês PCJ (CT-OL), e devem ser encaminhados e tratados em seu âmbito; o item 6, deve ser tratado no âmbito das atividades da CT-Rural, devendo a própria CT se articular para criar ambiente visando realização da proposta. Sugeriu a criação de um programa de ação, com detalhamento das ações a serem executadas; para o item 7, onde, possivelmente, tais ações poderiam ser realizadas com recursos do PAP-PCJ, após análise pelo GT-critérios ou mesmo fazer constar no Plano de Bacias dos Comitês PCJ, após a programação da ação. Após, o Sr. Leonildo Urbano, abriu a palavra para manifestação dos membros que corroboraram com a necessidade de planejamento das ações. Solicitaram que todas as ações sejam discutidas no âmbito do GT-Estiagem e pelas demais Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ. Posteriormente as discussões, o Sr. Leonildo Urbano apresentou como proposta que o Plenário da CT-PL encaminhasse o assunto às demais Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, para a análise das propostas contidas no manifesto, visando eventuais contribuições adicionais sobre os assuntos elencados na “Carta de Charqueada”, com vistas a subsidiar as ações nela propostas, que serão discutidas, posteriormente no âmbito do GT-Estiagem 2015, instituído pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 222/15, de 27/03/2015, ou nas demais instâncias dos Comitês PCJ. Colocada em votação, a proposta de encaminhamento da “Carta de Charqueada” para análise e manifestação de todas as câmaras técnicas dos Comitês PCJ foi aprovada por unanimidade. **10. Proposta do IGAM para adesão do CBH-PJ ao termo de parceria com OSCIP para execução da política pública de apoio aos Comitês de Bacias Mineiros, denominado “Projeto de Estruturação e Manutenção dos CBHs do Estado de Minas Gerais:** O Sr. Leonildo Urbano esclareceu ao plenário que este item de pauta se trata apenas de um informe sobre as discussões da gestão de recursos hídricos no Estado de Minas Gerais. Explicou que a Secretaria Executiva recebeu do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM um documento informando que aquele Instituto prestará apoio técnico, operacional e administrativo aos demais órgãos integrantes do SEGRH-MG, para o exercício de suas competências, através de um projeto desenvolvido visando promover a estruturação e manutenção dos Comitês de Bacias Hidrográficas - CBHs do Estado de Minas Gerais, contribuindo para a sua operacionalização e dando suporte às suas atividades, com vistas à proporcionar a efetividade da gestão participativa das águas. Mediante a este projeto, o IGAM encaminhou para aprovação nos CBHs de Minas Gerais, a minuta de um Termo de Parceria a ser celebrado entre o Instituto Mineiro de Gestão das Águas, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e uma



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 61ª Reunião Ordinária da CT-PL -

Consórcio PCJ – Americana/SP – 08/05/2015 - 09h30min

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) para executar a Política Pública de fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas por meio de sua estruturação física e operacional. Esclareceu que a Secretaria Executiva realizou contato com o IGAM apresentando algumas dúvidas em relação a adesão do CBH-PJ à proposta apresentada. A resposta do IGAM foi de que os processos de adesão à OSCIP serão exclusivamente para aqueles CBHs que não possuem cobrança pelo uso da água implementada e, conseqüentemente, não possuem entidade atuando como Agência de Águas. Desta forma os procedimentos que vêm sendo adotados pela Secretaria Executiva em relação ao CBH-PJ permanecem nos moldes atuais.

665
670
675
680
685
690
695
700
705
710
715

11. Renovação dos Membros da Comissão Editorial da TV PCJ: O Sr. Leonildo Urbano informou aos presentes que a TV PCJ é um projeto dos Comitês PCJ e Agência PCJ e trata da realização/elaboração de uma série de programas que estão sendo veiculados quinzenalmente, via internet, com cerca de 10 (dez) minutos de duração cada um, denominados “O Valor da Água”. Lembrou que os programas estão disponíveis nos sites dos Comitês PCJ e Agência PCJ. Por se tratar de um trabalho em andamento, os futuros programas, assim como os já realizados, trará matérias com assuntos relacionados ao uso consciente dos recursos hídricos, investimentos no setor, entre tantos outros temas a serem explorados, como ideias e ações da sociedade civil que contribuam com a preservação do meio ambiente, em especial o uso dos recursos hídricos. Diante do exposto, o Sr. Leonildo Urbano informou que é necessária a constituição de uma comissão editorial para a TV PCJ, cujas atribuições desta Comissão é analisar, manifestar-se e contribuir para os itens de pauta e formatação do programa. Isto posto, solicitou que os interessados em compor a Comissão se manifestassem. Após as manifestações, aprovou-se, por unanimidade, que o Comitê Editorial será composto pelas seguintes entidades: Coordenação da CT-EA; SE-PCJ; Coordenação da CT- Rural; Coordenação da CT-OL; SAA; AESABESP e o Setor de Comunicação da Agência das Bacias PCJ. **12. Indicação de representante titular do segmento Municípios para o Conselho Deliberativo da Agência das Bacias PCJ:** O Sr. Leonildo Urbano explicou aos presentes os termos da Deliberação Comitês PCJ nº 045/2009, de 28/08/2009, que aprovou os procedimentos para indicação dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ. Relacionou a nova composição dos plenários dos Comitês PCJ, empossada pela Deliberação Comitês PCJ nº 218/15, de 27/03/2015, ressaltando que não houve a recondução da Prefeitura Municipal de Vargem/SP no atual mandato da CT-PL. Por esse motivo, a vaga ocupada pela P.M. de Vargem no Conselho Deliberativo da Fundação Agência das

Bacias PCJ, indicado por meio da Deliberação ad referendum dos Comitês PCJ nº 182/13, de 25/10/2013, deverá ser ocupada por outro membro da CT-PL, do segmento Municípios, que ainda não faça parte do referido Conselho Deliberativo. O Sr. Leonildo Urbano informou, ainda, que o parágrafo único, do art. 8, do Estatuto da Fundação Agência das Bacias PCJ, estabelece que os membros do Conselho Deliberativo poderão ser substituídos sempre que houver alterações no segmento dos Comitês PCJ, que representam. Após os esclarecimentos, o Sr. Leonildo Urbano informou que na presente reunião, a CT-PL teria que eleger o representante titular do segmento Municípios para o Conselho Deliberativo da Fundação Agência das bacias PCJ, para o mandato 2013-2015 e apresentou as entidades habilitadas para assumir tal cadeira. A seguir, o Sr. Leonildo Urbano abriu a palavra para manifestação dos membros. A Sra. Fabiane Cabral da Costa Santiago, representante da P.M de Atibaia, e o Sr. Ângelo Cesar Angeleli, representante da P.M de Saltinho, solicitaram a palavra e manifestaram o interesse em assumir a vaga no Conselho Deliberativo da Fundação Agência das Bacias PCJ, uma vez que a suas respectivas entidades estavam habilitadas. Após acordos, a P.M de Saltinho, cedeu a vaga para a P.M de Atibaia. Não havendo mais manifestações, o Sr. Leonildo Urbano colocou em votação a indicação da P.M de Atibaia, que foi aprovado por unanimidade. O Sr. Leonildo Urbano informou que a aprovação e indicação será feita por Deliberação ad referendum dos Presidentes dos Comitês PCJ, quando da indicação do representante da P.M de Atibaia, sendo apreciada e referendada na próxima reunião Plenária desse colegiado. **13. Calendário de reuniões da CT-PL para o biênio 2015-2017:** O Sr. Leonildo Urbano solicitou o apoio dos membros da CT-PL presentes para a definição da agenda de reuniões ordinárias da CT-PL para os anos de 2015, 2016 e 2017 e os respectivos locais onde elas serão realizadas. Foi aprovado, por unanimidade, que as reuniões ordinárias serão bimestrais, na primeira sexta-feira de cada mês e nos seguintes locais: 62ª Reunião Ordinária, dia 03 de julho de 2015, no Centro de Conhecimento das Águas – Campinas/SP; 63ª Reunião Ordinária, dia 04 de setembro de 2015, CATI – Campinas/SP; 64ª Reunião Ordinária, dia 06 de novembro de 2015, no Clube da Terceira Idade - Holambra/SP; 65ª Reunião Ordinária, dia 04 de março de 2016, no SAAE Atibaia - Atibaia /SP; 66ª Reunião Ordinária, dia 06 de maio de 2016, no DAE Jundiá - Jundiá /SP; 67ª Reunião Ordinária, dia 01 de julho de 2016, Núcleo Administrativo Municipal-NAM – Rio Claro/SP; 68ª Reunião Ordinária, dia 02 de setembro de 2016, na Oficina Ambiental de Extrema/MG; 69ª Reunião Ordinária, dia 04 de novembro de 2016, no Museu da Água de Piracicaba - Piracicaba/SP; e 70ª Reunião Ordinária, dia 03 de março

720
725
730
735
740
745
750
755
760
765
770

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 61ª Reunião Ordinária da CT-PL -

Consórcio PCJ – Americana/SP – 08/05/2015 - 09h30min

de 2017, AESABESP – local a definir; 71ª Reunião Ordinária, dia 05 de maio de 2017, Consórcio PCJ – América/SP. **14. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Leonildo Urbano agradeceu a presença de

775 todos e deu por encerrada a reunião.

Leonildo Ednilson Urbano
Secretário-executivo dos Comitês PCJ e
Coordenador da CT-PL

780